



FACULDADE CRISTO REI - FACCREI  
**PEDAGOGIA**

**ANA BEATRIZ CARVALHO DOMINGUES**

**PROMOVENDO A APRENDIZAGEM E O BEM-ESTAR DE CRIANÇAS  
HOSPITALIZADAS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CORNÉLIO PROCÓPIO - PR  
2023**



**ANA BEATRIZ CARVALHO DOMINGUES**

**PROMOVENDO A APRENDIZAGEM E O BEM-ESTAR DE CRIANÇAS  
HOSPITALIZADAS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Proposta para Trabalho de Conclusão de  
Curso do Curso de Pedagogia da Faculdade  
Cristo Rei de Cornélio Procópio - PR.

Orientador: Denise da Silva de Oliveira

**CORNÉLIO PROCÓPIO**

**2023**

Ficha de identificação da obra com dados informados pela autora

D719	<p>Domingues, Ana Beatriz Carvalho.</p> <p>Promovendo a aprendizagem e o bem-estar de crianças hospitalizadas: o papel da educação infantil/Ana Beatriz Carvalho Domingues - Cornélio Procópio, 2023. 22 f.:</p> <p>Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Denise da Silva de Oliveira.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) Campus Faccrei - Faculdade Cristo Rei.</p> <p>1. Educação infantil. 2. Educação hospitalar 3. Educação informal I. Título.</p> <p>CDD: 370</p>
------	---

## PROMOVENDO A APRENDIZAGEM E O BEM-ESTAR DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

### PROMOTING THE LEARNING AND WELL-BEING OF HOSPITALIZED CHILDREN: THE ROLE OF EARLY EARLY EDUCATION

Ana Beatriz Carvalho Domingues<sup>1</sup>  
Denise da Silva de Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo se trata de uma revisão de literatura onde se dispõe sobre a necessidade latente de promoção de aprendizagem e bem-estar para crianças hospitalizadas. Como se sabe, o contexto hospitalar, na grande maioria das vezes não é um ambiente agradável, todavia, quando se trata de hospitalização infantil, tal fator tende a se agravar. Ao longo de muitos anos as crianças que possuíam internações longas e/ou rotineiras eram obrigadas a abandonar os estudos naquela fase a apresentavam uma grande defasagem educacional. Assim, o tema passou a ter relevância para os estudiosos da área da educação infantil, vez que os reflexos eram notados na vida adulta. De tal modo, passou-se a realizar a educação hospitalar, por meio de uma abordagem educacional informal, visando atender as necessidades físicas, educacionais e ambientais do aluno. Ante as pesquisas realizadas para a confecção do presente estudo fora possível concluir que o ambiente hospitalar, por natureza, é um lugar onde as crianças enfrentam desafios significativos que afetam não apenas sua saúde física, mas também sua saúde emocional e psicológica.

4248

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Educação Hospitalar. Educação Informal.

**ABSTRACT:** The present study is a literature review that discusses the latent need to promote learning and well-being for hospitalized children. As we know, the hospital context, in the vast majority of cases, is not a pleasant environment, however, when it comes to child hospitalization, this factor tends to get worse. Over many years, children who had long and/or routine hospitalizations were forced to abandon their studies at that stage and presented a large educational gap. Thus, the topic became relevant to scholars in the field of early childhood education, as the effects were noticeable in adult life. In this way, hospital education began to be carried out through an informal educational approach, aiming to meet the physical, educational and environmental needs of the student. Based on the research carried out to prepare this study, it was possible to conclude that the hospital environment, by nature, is a place where children face significant challenges that affect not only their physical health, but also their emotional and psychological health.

**Keywords:** Child education. Hospital Education. Informal Education.

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Cristo Rei – FACCREI, de Cornélio Procópio.  
<sup>2</sup>Doutoranda em Estudos da Linguagem. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Londrina - UEL. Docente da Faculdade Cristo Rei – FACCREI, de Cornélio Procópio.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho estabelece uma discussão sobre a promoção da aprendizagem escolar em crianças que estão hospitalizadas, tratando sobre os impactos cognitivos, sociais e emocionais das crianças durante tal período.

Alunos que necessitam de apoio pedagógico específico formam um nicho importante a ser debatido e que necessita de melhorias no ramo da educação, ante a fragilidade da situação em que a criança e a família se encontram frente a necessidade de continuidade e desenvolvimento escolar.

O objetivo geral do estudo é aprofundar a compreensão do papel essencial desempenhado pela educação infantil no contexto hospitalar, explorando de forma abrangente as maneiras pelas quais abordagens educacionais adaptadas podem ser implementadas para atender às necessidades.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram utilizadas ferramentas de pesquisa bibliográfica como metodologia e pesquisa documental, realizada com análises de estudos de casos relevantes que demonstram os benefícios da educação infantil hospitalar para a promoção do bem-estar e da aprendizagem contínuos.

4249

No primeiro item do referencial teórico é apresentada uma visão geral sobre os processos pedagógicos em diferentes contextos, tratando sobre a educação formal e informal. No item seguinte, buscou-se abordar sobre a educação hospitalar, seus aspectos e seu respaldo legal. A terceira parte explora as abordagens e práticas pedagógicas que têm se mostrado bem-sucedidas na promoção da aprendizagem e do bem-estar das crianças hospitalizadas.

## 2 PROCESSOS PEDAGÓGICOS EM DIFERENTES CONTEXTOS

Esta seção apresenta conceitos a respeito dos processos pedagógicos existentes em diferentes contextos, tendo como fundamento a ideia de que a educação perpassa os limites da sala de aula, e adequa-se às necessidades e possibilidades dos alunos.

Nos últimos anos, tem-se observado um crescente reconhecimento da importância de cuidar não apenas do aspecto médico, mas também do bem-estar geral das crianças hospitalizadas, pois a hospitalização durante a infância pode acarretar impactos significativos no processo de aprendizado e no equilíbrio emocional dessas crianças

(PEREIRA, 2017)

Diante desse cenário, Souza e Cunha (2016) alegam que a educação infantil vem ganhando destaque como um componente vital na promoção da recuperação integral das crianças hospitalizadas, não somente minimizando os efeitos negativos da internação, mas também proporcionando um ambiente propício para o aprendizado e desenvolvimento emocional contínuo.

Portanto, é de suma importância que o tema em questão seja mais abordado a fim de que os profissionais da área da educação estejam preparados para lidar com tal situação quando essas adentrarem seu contexto laboral, visto que se trata de um cenário delicado e que deve ser tratado com o devido cuidado.

A educação é um pilar fundamental da sociedade, e os processos pedagógicos desempenham um papel crucial na formação e desenvolvimento dos indivíduos, no entanto, esses processos não são homogêneos; eles se adaptam e evoluem em diferentes contextos, moldando a maneira como aprendemos, ensinamos e nos desenvolvemos como sociedade (LOPES, 2017)

De acordo com Silva e Pereira (2017) a educação formal é o contexto mais tradicional de processos pedagógicos nas instituições de ensino, como escolas e universidades, onde o ensino é estruturado em currículos e padrões de aprendizagem, mas para compreender a profundidade desse contexto, é fundamental considerar os desafios enfrentados.

Dessa maneira, essa modalidade de ensino é caracterizada por sua estrutura organizada e sistematizada, a qual é aplicada em instituições de ensino, como escolas e universidades, e segue currículos e padrões educacionais estabelecidos. O objetivo principal da educação formal é transmitir conhecimento, habilidades e valores aos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios da vida e do mercado de trabalho.

Ainda, Mangueta (2016, p. 231) menciona outro ponto importante:

Um dos pilares fundamentais da educação formal é a padronização. Ela busca garantir que todos os alunos tenham acesso a um conjunto mínimo de conhecimentos e competências, promovendo a equidade educacional. Essa padronização é frequentemente respaldada por órgãos governamentais de educação e suas diretrizes.

Dessa maneira, percebe-se que a educação formal tem todo o rito a ser seguido, podendo ser compreendida como a forma de educação pela qual a grande maioria da população passou, ou seja, trata-se de um modelo de ensino pré definido em que os alunos

devem se adaptar aos currículos e padrões anteriormente adotados.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil, em 2021, tinha cerca de 41 milhões de alunos matriculados na educação básica, destacando a amplitude do contexto formal (BRASIL, 2021). No entanto, a questão central reside em como adaptar esses processos pedagógicos para atender às necessidades individuais dos alunos e promover uma aprendizagem significativa.

Neves (2006) menciona que autores como Vygotsky e sua teoria sociocultural enfatizam a importância da interação social na construção do conhecimento. Isso implica que, em contextos formais, os educadores devem criar ambientes que incentivem a participação ativa dos alunos, o diálogo e a resolução de problemas, indo além da mera transmissão de informações.

Assim, ante a necessidade de ensinar de forma informal passou a ganhar espaço, até se tornar teoria e ser estudada e desenvolvida por diversos autores, pois, no cenário informal, aplicam-se diversos conhecimentos e vivências para que o resultado almejado seja alcançado

Tendo em vista sua importância no contexto social brasileiro, a educação formal é respaldada por uma série de leis e regulamentações em todo o mundo. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado (BRASIL, 1988)

A padronização do método é disposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, que é o principal instrumento legal que regulamenta a educação formal no país, estabelecendo diretrizes para os currículos, a organização das escolas e a formação dos profissionais da educação (BRASIL, 1996)

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que define os conhecimentos e competências que todos os estudantes brasileiros devem adquirir ao longo de sua escolarização. Ela serve como referência para a elaboração dos currículos escolares em todas as redes de ensino do país, garantindo a qualidade e a uniformidade da educação formal.

A educação formal abrange todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Cada nível tem seus próprios objetivos e características, mas todos compartilham o compromisso de proporcionar um ambiente de aprendizagem estruturado e orientado para o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos alunos (ADRIÃO, 2017)

Já a aprendizagem informal ocorre fora das estruturas tradicionais de ensino e pode acontecer em qualquer lugar, de conversas com amigos a experiências práticas no ambiente de trabalho. É um contexto profundo a ser explorado, pois, de acordo com Lave e Wenger (1991), a aprendizagem muitas vezes é inerentemente social e situada. As comunidades de prática, por exemplo, proporcionam um ambiente onde a aprendizagem é uma parte integral das interações cotidianas.

De acordo com Sartori e Pagliarin (2016) os fundamentos da educação informal ressaltam a experiencialidade, onde a aprendizagem ocorre por meio da ação, experimentação e reflexão sobre as próprias vivências, a interação social é uma peça central, com aprendizes informais frequentemente recorrendo a colegas, familiares, colegas de trabalho e membros da comunidade para trocar conhecimentos e experiências.

Cabe afirmar, nesse sentido, que educação informal ganha espaço em contextos hospitalares, vez que esse ambiente não fornece a estrutura física e material de uma escola, nos moldes da educação formal. Ainda, a modalidade informal é muito mais flexível e se amolda as necessidades da criança, que já passa por um período de vida delicado.

Percebe-se, então, que as abordagens da educação informal são diversificadas, autodireção é outro pilar, conferindo aos indivíduos o controle sobre o que, como e quando aprendem, permitindo que escolham tópicos de interesse e ritmos de aprendizado que se adequem às suas necessidades e objetivos (MAGUETA, 2016)

A aprendizagem autodidata é outra abordagem, com indivíduos buscando informações e conhecimentos por conta própria, aproveitando recursos como livros, tutoriais online e cursos disponíveis na internet. Tendo o mesmo horizonte, as comunidades de prática são grupos de pessoas com interesses comuns que se reúnem para compartilhar conhecimentos e experiências, promovendo a aprendizagem mútua e a construção de conhecimento coletivo (DUARTE; GOMES, 2017).

Portanto, a educação informal desempenha um papel significativo em nossa sociedade por várias razões, vez que complementa a educação formal, preenchendo lacunas de aprendizado e proporcionando oportunidades para a aplicação prática do conhecimento adquirido nas escolas e universidades.

Além disso, Glat (2019) sustenta que essa modalidade de ensino é altamente adaptável às necessidades individuais, permitindo que as pessoas aprendam aquilo que é mais relevante para suas vidas e carreiras, assim como é acessível a todos, independentemente de idade,

localização ou recursos financeiros, promove a inclusão educacional. Em um mundo em constante evolução, a aprendizagem informal permite que as pessoas se atualizem constantemente e acompanhem os avanços em suas áreas de interesse.

## 2.1 HISTÓRICO DA ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR

O estudo de Schneider e Martini (2011) aborda a realidade dos adolescentes que enfrentam doenças crônicas e destaca uma característica fundamental dessas condições: a sua duração prolongada. Esse aspecto da doença crônica tem profundos reflexos na vida cotidiana desses jovens, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de realizar atividades cotidianas, incluindo a continuidade de sua educação formal. Uma das áreas impactadas por essa condição crônica é o acompanhamento escolar.

O ambiente hospitalar juntamente com a condição de paciente à longo prazo limitam muitas vivências, vez que a rotina do indivíduo é totalmente alterada e passa a ser monótona e em função da sua. O impacto no desenvolvimento escolar é gritante, sendo latente a necessidade de aplicação de educação informal, a fim de que o conteúdo escolar possa ser ministrado.

Assim, a escolarização hospitalar é uma área da educação que se destina a atender crianças e adolescentes que se encontram internados em hospitais, garantindo que sua educação não seja interrompida durante o período de tratamento médico (PRADO WOLF, 2017)

Os primeiros registros da escolarização hospitalar remontam ao início do século XX. Nesse período, crianças que enfrentavam doenças graves e longos períodos de internação frequentemente eram excluídas do sistema educacional convencional. Foi somente com o advento da psicopedagogia hospitalar que se começou a reconhecer a importância de continuar a educação mesmo durante o tratamento médico (SILVA, FERREIRA, 2017)

Souza e Cunha (2016) mencionam que durante as décadas de 1970 e 1980, a escolarização hospitalar começou a se estruturar de forma mais sólida. Autores como Márcia Denise Pletsch e Isabel Parolin Hübner, pioneiras nesse campo no Brasil, desenvolveram abordagens pedagógicas específicas para atender às necessidades das crianças hospitalizadas. Foi nesse período que a escolarização hospitalar começou a ser reconhecida como uma área legítima de atuação pedagógica.

Nestes termos, percebe-se que por mais que a educação hospitalar seja uma

necessidade há muitos anos, faz pouco tempo que esse tema ganhou a devida atenção, com a implementação de políticas e a criação de formas de ensino capazes de atender a esse público educacional.

A necessidade de desenvolver alguma alternativa para atendimento pedagógico às crianças hospitalizadas surgiu da percepção de que a criança afastada da escola por longos períodos, devido à hospitalização, desenvolvia problemas que certamente a acompanhariam em sua vida adulta; nesse sentido, surgiu o Projeto de Hospitalização escolarizada, que vêm evoluindo ao longo do tempo, tornando-se uma intervenção concreta (MATOS; MUGIATTI, 2007).

De acordo com Tempesta (2020) deve-se ressaltar que, a escolarização hospitalar evoluiu significativamente, visto que hospitais contam com equipes multidisciplinares que incluem profissionais da educação, como psicopedagogos hospitalares e professores, dedicados a adaptar os currículos escolares para atender às necessidades individuais das crianças hospitalizadas.

De tal modo, a idealização e implementação de educação escolar em ambiente hospitalar necessitou de muitas reformas e adaptações, pois se trata de um ambiente totalmente diverso daquele tido como “comum” para o aprendizado. Assim, a cooperação entre os funcionários do hospital e da equipe escolar são de suma importância para que o método funcione.

4254

No mesmo sentido, disserta Prado Wolf (2017, p. 3):

Também houve avanços na tecnologia, permitindo a conexão com escolas por meio de recursos como videoconferências e plataformas online, possibilitando que os estudantes mantenham contato com seus professores e colegas mesmo quando não podem comparecer fisicamente às aulas.

Os autores salientam que os avanços ocorridos para que a educação hospitalar de fato fosse implementada no contexto social foram muito importantes, e foram fortalecidos por meio dos avanços tecnológicos e, mais ainda, da intensão dos profissionais da educação em não deixar que a vida escolar do aluno hospitalizado fosse deixada de lado.

A escolarização hospitalar desempenha um papel crucial na vida de crianças e adolescentes que enfrentam doenças graves, além de fornecer estímulo cognitivo e emocional, ajuda a manter um senso de normalidade em meio a circunstâncias difíceis (HOLANDA, COLLET, 2011).

## 2.1 DEFINIÇÕES DA ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR

A seção a ser disposta visa conceituar o instituto da escolarização hospitalar, realizando um retrospecto histórico sobre o tema abordado e fazendo pontuações sobre sua importância na vida dos alunos que não podem seguir o rito de educação formal.

A educação é um processo que ocorre durante toda a vida, em todas as pessoas. Assim sendo, a necessidade de hospitalização não pode ser um fator que impeça a continuidade deste processo. A doença não pode ser vista como um processo que gera ruptura do processo de escolarização (MATOS; MUGIATTI, 2007).

Já para Ferreira (2015), a escolarização hospitalar é uma abordagem educacional destinada a crianças e adolescentes que, devido a problemas de saúde, encontram-se internados em hospitais. Essa modalidade de ensino visa garantir que esses pacientes não tenham sua educação interrompida durante o período de tratamento, permitindo-lhes continuar aprendendo mesmo em um ambiente hospitalar.

Isso demonstra que o olhar do profissional da educação deve ser voltado a realidade fática de cada aluno hospitalizado, a fim de que as formas de ensino possam ser adaptadas e forneçam a experiência escolar esperada para aquela idade e circunstância.

Uma das principais definições da escolarização hospitalar é a de assegurar a continuidade da educação formal, ou seja, garantir que mesmo durante a internação, as crianças e adolescentes tenha a oportunidade de continuar seus estudos, mantendo contato com professores e seguindo um currículo escolar adaptado às suas condições de saúde (DUARTE, 2017).

Assim, ao adentrar o mundo da educação hospitalar, passa-se a entender as necessidades individuais de cada aluno hospitalizado e sua família, bem como as necessidades de ensino, ou seja, quais são os pontos que podem ser trabalhados dentro daquele ambiente e que terão resultados positivos para o tratamento e para o aprendizado.

Nesse sentido, Mesquita (2017, p. 22) sustenta que:

A abordagem da escolarização hospitalar visa criar um ambiente de aprendizado significativo, onde o paciente tenha a oportunidade de desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais, independentemente de sua condição de saúde.

Dessa forma, a escolarização hospitalar envolve a adaptação dos métodos de ensino e conteúdo curricular às necessidades individuais de cada paciente, isso leva em consideração não apenas o estado de saúde, mas também o nível de desenvolvimento cognitivo e emocional de cada estudante hospitalizado.

Em muitos casos, a escolarização hospitalar é realizada por uma equipe

multidisciplinar que inclui profissionais da educação, como psicopedagogos hospitalares e professores, que trabalham em conjunto com a equipe médica para garantir uma abordagem integrada ao tratamento da criança ou adolescente (RANGEL, SOUZA, 2018, SCHNEIDER, MARTINI, 2011).

A educação no ambiente hospitalar não se limita apenas ao ensino de conteúdo acadêmico. Também tem como objetivo promover o bem-estar emocional e psicológico do paciente, ajudando-o a lidar com a ansiedade, o isolamento e o medo associados à internação hospitalar.

Tiriba (2012) sustenta que a escolarização hospitalar desempenha um papel importante na inclusão social das crianças e adolescentes hospitalizados, pois ao manter um vínculo com sua escola de origem e seus colegas, eles se sentem menos isolados e mais integrados à sociedade.

Por mais que os hospitais, atualmente, forneçam alas específicas para crianças e adolescentes, o estado de saúde enfraquecido limita o contato dos indivíduos, de modo que se passa a conviver somente com a família e com a equipe médica, em uma fase da vida onde o contato com os pares é de suma importância.

4256

Uma característica importante da escolarização hospitalar é a flexibilidade e a individualização do ensino, vez que permite que o processo de aprendizado seja adaptado de acordo com as necessidades específicas de cada paciente, levando em consideração suas limitações físicas e emocionais (SOUZA, CUNHA, 2016).

A hospitalização de crianças, embora seja um momento de proteção e cuidados médicos essenciais, também deve ser acompanhada por condições que permitam o exercício da liberdade e do desenvolvimento pessoal (SILVA, FERREIRA, 2017). Nesse contexto, as intervenções educacionais desempenham um papel fundamental ao oferecer às crianças a oportunidade de refletir sobre sua condição de vida e saúde (NEVES, 2006).

De tal modo, é de extrema importância que os aspectos pessoais e emocionais do paciente sejam observados e respeitados por todos aqueles que tenham contato com esse, seja a equipe médica, seja a equipe pedagógica.

Sobre o tema aborda Pereira (2017, p. 9):

Assim, a escolarização hospitalar se apresenta como uma estratégia valiosa para a reconstrução do paciente, transformando-o de um ser passivo e vulnerável em um agente atuante e fundamental em seu próprio processo de cura.

Por meio da escolarização hospitalar, as crianças hospitalizadas não apenas

continuam a aprender e a se desenvolver intelectualmente, mas também são capacitadas a desempenhar um papel ativo em sua própria jornada de recuperação. Essa abordagem reconhece a importância da autonomia e da participação ativa do paciente em suas decisões de saúde, promovendo o empoderamento e a autoestima.

Glat (2019) argumenta que ao proporcionar um ambiente educacional no hospital, as crianças têm a oportunidade de manter uma conexão com sua rotina de aprendizado, o que pode ser reconfortante em momentos de incerteza e ansiedade. Além disso, a escolarização hospitalar oferece um espaço para a expressão de pensamentos e sentimentos, o que é vital para o bem-estar emocional dos pacientes pediátricos.

A educação hospitalar ultrapassa as barreiras do ensino, vez que se visa não somente o desenvolvimento educacional do aluno, ora paciente, mas também se trata sobre seus aspectos pessoais em um momento extremamente delicado da vida.

A compreensão da importância do acompanhamento escolar para crianças e adolescentes hospitalizados por parte das instituições hospitalares é crucial. Embora atividades lúdicas sejam valiosas para distrair o paciente de sua situação atual, elas não substituem as funções educativas e interacionais proporcionadas pela escola (FERREIRA et al., 2015).

4257

A pesquisa de Matos e Mugiatti (2007) destaca que estimular a imaginação da criança pode ser uma ferramenta poderosa para criar uma nova realidade e melhorar a capacidade de enfrentamento.

Além disso, é fundamental que os profissionais de saúde considerem as experiências subjetivas do adolescente hospitalizado. Essas experiências podem influenciar significativamente as ações do paciente e, por sua vez, afetar a eficácia do tratamento.

Ao reconhecer as emoções e perspectivas do paciente, os profissionais podem oferecer um cuidado mais completo e compassivo. Permitir que o processo de escolarização continue dentro do ambiente hospitalar funciona como um estímulo importante, vez que possibilita que a criança e o adolescente se envolvam mais ativamente em seu próprio tratamento, o que tem um impacto positivo na recuperação (MATOS; MUGIATTI, 2007).

Esse estímulo não se limita apenas à recuperação física, mas também à vontade de superar a situação desafiadora em que se encontram. Trata-se, portanto, não apenas de um auxílio ao paciente, mas de um apoio integral ao ser humano em necessidade.

Matos e Mugiatti (2007) também identificam duas modalidades de atendimento

escolar hospitalar: a hospitalização escolarizada e a classe hospitalar. Cada uma dessas modalidades aborda o atendimento educacional de crianças hospitalizadas de maneira específica, levando em consideração as necessidades individuais e o quadro de saúde do paciente.

Na hospitalização escolarizada, o atendimento é personalizado e adaptado à singularidade de cada paciente. As intervenções e atividades educacionais são direcionadas de forma específica para atender às necessidades individuais de aprendizado e ao quadro clínico de cada criança e esse tipo de atendimento visa garantir que o paciente receba suporte educacional de maneira personalizada, levando em conta sua condição de saúde (DUARTE, 2018).

Já na classe hospitalar, Carvalho e Petrili (2015) alegam que o atendimento é conduzido de forma coletiva, envolvendo várias crianças hospitalizadas ao mesmo tempo. No entanto, mesmo em uma configuração de grupo, a abordagem considera o quadro de saúde e a singularidade de cada paciente, a ideia é proporcionar um ambiente de aprendizado que seja adaptável e inclusivo, permitindo que as crianças participem ativamente, mesmo durante a hospitalização.

De tal modo, se percebe-se que os avanços da educação hospitalar proporcionaram que o ensino seja adaptado conforme e necessidade de cada aluno, ou seja, quando o estado é mais delicado, recomenda-se a hospitalização escolarizada. Todavia, quando há a possibilidade de ensino em grupo, assim como na educação formal, é o caso da classe hospitalar.

Uma distinção importante entre a escola regular e a escola hospitalar é o planejamento de atividades. Enquanto em uma escola regular as atividades são planejadas para um semestre inteiro e se aplicam a todos os alunos, na escola hospitalar, o planejamento de atividades ocorre de maneira mais flexível e específica. Ele leva em consideração a doença apresentada pelo paciente e suas necessidades individuais, garantindo que as atividades sejam adaptadas à condição de saúde de cada aluno (HOLANDA, COLLET, 2011).

Para que o atendimento escolar hospitalar seja eficaz, é essencial integrar saúde, escola e família nesse processo. Essa colaboração entre diferentes áreas é fundamental para garantir que o paciente receba apoio educacional adequado e que suas necessidades sejam atendidas de maneira holística (CARVALHO; PETRILLI; COVIC, 2015).

### 3 BASES QUE FUNDAMENTAM A ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR NA ATUALIDADE

O respaldo legal para a escolarização hospitalar é fundamental para sua consolidação. No contexto internacional, a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959, já destacava a importância de garantir a educação durante a hospitalização.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 estabelecem que a educação é um direito fundamental de todas as crianças e adolescentes, inclusive daqueles em situação de internação hospitalar. O ECA, em seu artigo 90, prevê a obrigatoriedade da oferta de ensino para crianças e adolescentes hospitalizado.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de: (Vide)  
[...]  
VIII - internação.

4259

Ainda, a fim de regulamentar tal condição o Ministério da Educação emitiu a Resolução nº 2/2001, que dispõe sobre a escolarização hospitalar no país:

Art. 13. Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

§ 10 As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

§ 20 Nos casos de que trata este Artigo, a certificação de freqüência deve ser realizada com base no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno.

Assim, é uma preocupação da Pasta educacional que nenhum aluno deixe o aprendizado. Assim, as balizas para a educação hospitalar são devidamente traçadas em regulamento e instruções do órgão.

A legislação brasileira reconhece o direito à educação de crianças hospitalizadas ou que, devido a alguma condição de saúde, não podem frequentar a escola. Isso está respaldado na Resolução nº 41 de 13 de outubro de 1995, emitida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Essa resolução estabelece que a criança hospitalizada tem direito a várias medidas de apoio, entre as quais se inclui o acesso à educação.

Em suas palavras, a resolução afirma que a criança hospitalizada tem direito, entre outros, "[...] de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para saúde e acompanhamento do currículo escolar, durante sua permanência hospitalar" (BRASIL, 1995).

Isso significa que, de acordo com a legislação brasileira, as crianças que estão hospitalizadas ou enfrentam condições de saúde que as impedem de frequentar a escola têm o direito garantido por lei de continuar seu processo educacional enquanto estão no ambiente hospitalar. Esse direito se estende não apenas à educação formal, mas também a atividades recreativas e programas de educação para a saúde que contribuam para o bem-estar geral da criança durante seu período de hospitalização.

4260

Ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, destaca a importância da inclusão de pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, incluindo a educação (BRASIL, 2009). Assim, a escolarização hospitalar é um instrumento que visa garantir o acesso à educação a crianças e adolescentes que, devido a problemas de saúde, enfrentam condições semelhantes às de pessoas com deficiência temporária.

A escolarização hospitalar é embasada em uma visão holística que considera a integração da saúde e da educação no processo de cuidado. Essa abordagem é promovida por diretrizes como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que reconhece a educação como parte integral do cuidado à saúde das crianças hospitalizadas. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 13, destaca a importância da educação no contexto hospitalar, vez que são responsáveis por zelar pela aprendizagem dos alunos.

#### 4 FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

A formação do pedagogo é um tema de relevância inquestionável, pois está

intrinsecamente ligada à qualidade da educação em diferentes contextos, incluindo o ensino hospitalar. Neste contexto, é crucial que os pedagogos adquiram habilidades e competências específicas que os capacitem a atuar com eficiência e sensibilidade nas unidades de saúde.

No caso do ensino hospitalar, é imprescindível que o pedagogo adquira competências relacionadas à saúde, ao bem-estar e à compreensão das peculiaridades do ambiente hospitalar.

Uma das competências de destaque é a habilidade de adaptação às adversidades frequentemente encontradas no ambiente hospitalar, pois esta capacidade abrange o trato com pacientes de diferentes idades, frequentemente em estados delicados de saúde, exigindo a expressão de empatia, paciência e sensibilidade. Estas características podem ser adquiridas por meio de treinamentos e cursos especializados, os quais enfatizam o entendimento das necessidades psicopedagógicas dos pacientes hospitalizados (FONSECA, 2018).

Nos termos de Garcia (2020) a criação de materiais didáticos adaptados é um fator essencial, visto que pode assegurar que todos os pacientes, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas, tenham acesso ao conhecimento. Essa demanda destaca a importância do domínio de tecnologias assistivas e do conhecimento sobre educação inclusiva na formação do pedagogo hospitalar.

Assim, evidencia-se a importância da habilidade de adaptação no contexto hospitalar, especialmente para os pedagogos, cujo papel envolve lidar com pacientes em situações delicadas de saúde. A capacidade de expressar empatia, paciência e sensibilidade é enfatizada como essencial e passível de desenvolvimento por meio de treinamentos específicos, evidenciando a necessidade de uma formação especializada para enfrentar os desafios presentes nesse ambiente.

Além disso, a capacidade de trabalhar eficazmente em uma equipe interdisciplinar é outra competência vital, tendo em vista que no ambiente hospitalar, o pedagogo precisa colaborar com médicos, enfermeiros, psicólogos e outros profissionais de saúde, visando proporcionar um atendimento integral ao paciente. Essa interação requer habilidades sólidas de comunicação, compreensão das demandas peculiares de cada equipe, além de competências de mediação e resolução de conflitos (OLIVEIRA, 2019).

No mesmo sentido, menciona Holanda e Collet (2011, p. 23):

A atuação do pedagogo nesse ambiente desafia-o a ser um agente de transformação, promovendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos pacientes

hospitalizados. Essa abordagem contribui para a humanização do atendimento e reforça a importância da educação como um direito fundamental.

De tal modo, denota-se que a colaboração eficaz em uma equipe interdisciplinar é destacada como uma competência crucial para o pedagogo no ambiente hospitalar, conforme salientado no texto. A capacidade de interagir com médicos, enfermeiros, psicólogos e outros profissionais de saúde é essencial para proporcionar um atendimento integral ao paciente, exigindo habilidades de comunicação, compreensão das demandas específicas de cada equipe e competências de mediação e resolução de conflitos

Já Silva (2021) menciona que a formação do pedagogo para o ensino hospitalar deve estar alicerçada em teorias pedagógicas que considerem a individualidade e a diversidade dos pacientes, de modo que torna-se necessário aplicar o conhecimento de teóricos notáveis, como Vygotsky e Paulo Freire, que desempenham um papel fundamental na construção de uma prática pedagógica que estimule o aprendizado significativo, levando em conta as características e necessidades singulares de cada paciente.

Assim sendo, a formação do pedagogo deve abranger habilidades e competências específicas para o contexto do ensino hospitalar, que englobam a adaptação ao ambiente, a elaboração de materiais didáticos acessíveis, o trabalho em equipe interdisciplinar e a aplicação de teorias pedagógicas que considerem a singularidade do paciente.

## 5 MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar esta revisão de literatura, fora realizada uma pesquisa abrangente de fontes de dados acadêmicas, incluindo a Minha Biblioteca, Saraiva e Google Scholar, durante o período de janeiro de 2022 a março de 2023. Utilizou-se palavras-chave relevantes, como "Crianças Hospitalizadas", "Educação Infantil", "Aprendizagem em Ambientes Hospitalares" e termos relacionados.

A seleção de artigos e materiais seguiu critérios específicos, incluindo a publicação em periódicos revisados por pares, abordagem do tema da aprendizagem e bem-estar de crianças hospitalizadas, discussão sobre a importância da educação infantil em ambientes hospitalares e publicação nos últimos 10 anos (2013-2023).

Foram excluídos estudos não relacionados ao tema, artigos de opinião, relatórios de casos e estudos com amostras pequenas ou metodologia questionável.

Após a seleção final, os artigos incluídos foram submetidos a uma análise detalhada,

destacando temas comuns, resultados e conclusões relevantes relacionados ao papel da educação infantil na promoção da aprendizagem e do bem-estar de crianças hospitalizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho, destacamos como a educação infantil hospitalar não se limita a fornecer conteúdo acadêmico, mas estende-se para além disso, abordando a educação de forma holística, pois o ensino se dá, também, através de abordagens pedagógicas sensíveis e adaptadas às necessidades de cada criança, os profissionais da educação desempenham um papel vital na manutenção do processo de aprendizagem, incentivando a continuidade das experiências educacionais.

Além disso, discutiu-se a necessidade de uma colaboração estreita entre profissionais de saúde e educadores na criação de ambientes propícios ao desenvolvimento infantil, visto que as práticas interdisciplinares, que promovem a comunicação e a colaboração entre os diversos atores envolvidos no cuidado à criança hospitalizada, são fundamentais para garantir uma abordagem integrada e eficaz.

4263

Tratou-se, ainda, sobre a importância da formação contínua de profissionais da Educação Infantil que atuam em contextos hospitalares, a fim de garantir que possuam as habilidades e competências necessárias para atender às necessidades singulares das crianças hospitalizadas.

Assim, ficou evidente que a Educação Infantil desempenha um papel insubstituível na promoção da aprendizagem e do bem-estar de crianças hospitalizadas. Ao fornecer um ambiente de apoio, estimulante e acolhedor, os profissionais da educação contribuem para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, ajudando a tornar o processo de hospitalização mais suportável e menos traumático.

No entanto, ressaltamos que a implementação eficaz da Educação Infantil no ambiente hospitalar requer uma abordagem multidisciplinar e a contínua colaboração entre os setores da educação e da saúde. É fundamental que as políticas públicas, as instituições de saúde e as escolas estejam comprometidas em reconhecer e apoiar o papel da Educação Infantil nesse contexto, garantindo que todas as crianças hospitalizadas tenham acesso a uma educação de qualidade.

Assim, ao reconhecer a importância da Educação Infantil na vida das crianças hospitalizadas e ao investir em sua implementação efetiva, podemos contribuir não apenas para a recuperação de suas condições de saúde, mas também para o desenvolvimento de indivíduos mais resilientes, curiosos e preparados para enfrentar os desafios da vida.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. A privatização dos processos pedagógicos: Grupos editoriais e os negócios na educação básica. **O negócio da Educação**. São Paulo: Olho D'água e Fapesp, p. 129-144, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Resolução nº 41/1995. Aprova em sua íntegra o texto oriundo da Sociedade Brasileira de Pediatria, relativo aos Direitos da Criança e do Adolescente hospitalizados. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 17 out. 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

CARVALHO, V. A. K. F.; PETRILLI, A. S.; COVIC, A. N. Educação infantil na escola hospitalar: a construção dos saberes escolares. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1209-1233, out./dez. 2015.

DUARTE, E. D., & GOMES, I. P. A importância da educação para a saúde no ambiente hospitalar. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, 6(2), 61-73, 2017.

DUARTE, Márcia. Educação e hospital: direito e atendimento ao paciente pediátrico. **Revista Bioethikos**, v. 9, n. 2, 2018, p. 155-165.

FERREIRA, Mayara Kelly Moura et al. Criança e adolescente cronicamente adoecidos e a escolarização durante a internação hospitalar. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, p. 639-655, 2015.

FONSECA, V. O. **Pedagogia hospitalar**: Uma abordagem humanizadora. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

GARCIA, L. Tecnologias assistivas e inclusão escolar: Caminhos e descaminhos na prática docente. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade e Administração**, v. 14, n. 3, p. 417-431, 2020.

GLAT, Rosana. Aprendendo no hospital: uma nova possibilidade de educação para crianças hospitalizadas. **Cadernos de Educação e Cultura Contemporânea**, v. 3, n. 5, 2019, p. 1-14.

HOLANDA, Eliane Rolim de; COLLET, Neusa. As dificuldades da escolarização da

criança com doença crônica no contexto hospitalar. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, p. 381-389, 2011.

HOLANDA, Eliane Rolim de; COLLET, Neusa. Escolarização da criança hospitalizada sob a ótica da família. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 21, p. 34-42, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

LOPES, A. C. S., & PINTO, M. C. M. (2017). A educação infantil no ambiente hospitalar: um estudo de caso. **Revista HUPE**, 16(1), 27-33.

MAGUETA, Lúcia. Ensino e aprendizagem em Educação Básica: analisar e (re) pensar processos pedagógicos em Educação a Distância. **Educação a Distância Qualidade e Convergências. Sujeitos, conhecimentos, práticas e tecnologias**, p. 229-239, 2016.

MATOS, E. L. M.; MUGIATTI, M. M. T. F. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MESQUITA, Denise Rampazzo. A educação hospitalar como política pública: perspectivas e desafios. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Educação Especial**, 2017.

NEVES, Rita de Araujo; DAMIANI, Magda Floriana. **Vygotsky e as teorias da aprendizagem**. Educação em Foco, 2006.

OLIVEIRA, R. S. Mediação escolar na educação inclusiva: Desafios e perspectivas. **Educação em Revista**, v. 35, n. 3, p. 197-216, 2019.

PEREIRA, Rozeli de Fátima Pissaia Gabardo. **Escolarização Hospitalar: um espaço desafiador**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017.

PRADO WOLF, Rosângela Abreu. Pedagogia hospitalar: a prática do pedagogo em instituição não-escolar. **Revista Conexão UEPG**, v. 3, n. 1, 2017.

RANGEL, G., & SOUZA, K. (2018). **Educação hospitalar: uma revisão de literatura**. Revista Brasileira de Educação Médica, 42(2), 55-63.

SARTORI, Jerônimo; PAGLIARIN, Lidiane Limana Puiati. O coordenador pedagógico: limites e potencialidades ao atuar na educação básica. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 23, n. 1, 2016.

SCHNEIDER, K. L. K.; MARTINI, J. G. Cotidiano do adolescente com doença crônica. **Texto contexto Enferm**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 194- 204, 2011.

SILVA, A. P. **Paulo Freire: A pedagogia da libertação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

SILVA, L. F., & PEREIRA, R. A. O cuidado com o desenvolvimento infantil na hospitalização: uma revisão integrativa. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 21(61), 25-35, 2017.

SOUZA, M. S. M., & Cunha, J. C. (2016). Educação infantil hospitalar: reflexões e desafios. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, 10(10), 3496-3503.

TEMPESTA, Maria da Graça. A Clínica Psicológica no Hospital. Casa do Psicólogo, 2020.

TIRIBA, Lea. **A escolarização de crianças hospitalizadas: o direito a um currículo escolar**. Editora Wak, 2012.